

Área: Sustentabilidade | **Tema:** Temas Emergentes em Sustentabilidade

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE: UMA PROPOSTA DE
SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO MUNICIPAL**

**PUBLIC POLICIES IN LOW DENSITY TERRITORIES: A SUSTAINABILITY PROPOSAL FOR
MUNICIPAL TOURISM**

Rodrigo Belmonte Da Silva

RESUMO

Territórios de Baixa Densidade referem-se a regiões ou municípios deprimidos socioeconomicamente. Uma das alternativas para seu desenvolvimento é a gestão qualificada do seu patrimônio histórico e cultural, e sua exploração turística. O presente artigo tem como objetivo analisar o potencial turístico do município de Jaguari-RS, região centro-oeste do Rio Grande do Sul, visando identificar potencialidades turísticas e estruturar propostas de intervenção para políticas públicas. Através de um estudo de caso, qualitativo e descritivo, procuraram-se evidências em documentos e em trabalhos acadêmicos sobre o inventário turístico; em seguida fez-se uma entrevista semiestruturada com a secretária de turismo para analisar as iniciativas e visão do município sobre a atividade. Os resultados apontam possibilidades de expansão do turismo local. Organizou-se, então, uma proposta de intervenção destacando-se: o desenvolvimento de uma identidade local; recuperação do patrimônio e infraestrutura; capacitação da trade e integração da comunidade em torno de um projeto de longo prazo. A contribuição do trabalho é teórica ao abordar os territórios de baixa densidade, tema recente no Brasil, e prática, ao desdobrar possibilidades de políticas públicas para um local com indicadores socioeconômicos abaixo da média do Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Territórios de Baixa Densidade, Políticas Públicas, Turismo Regional, Desenvolvimento

Regional, Inovação Territorial

ABSTRACT

Low Density Territories refer to socioeconomically depressed regions or municipalities. One of the alternatives for its development is the qualified management of its historical and cultural heritage, and its tourist exploitation. This paper aims to analyze the tourism potential of the city of Jaguari-RS, Midwest region of Rio Grande do Sul, aiming to identify tourist potential and structure intervention proposals for public policies. Through a qualitative and descriptive case study, evidence was sought in documents and academic papers on the tourist inventory; Then, a semi-structured interview was conducted with the tourism secretary to analyze the initiatives and vision of the municipality about the activity. The results indicate possibilities of expansion of local tourism. Then, an intervention proposal was organized, highlighting: the development of a local identity; recovery of assets and infrastructure; trade capacity building and community integration around a long-term project. The contribution of the work is theoretical in addressing low density territories, a recent theme in Brazil, and practical, in unfolding possibilities of public policies to a place with socioeconomic indicators below the average of Rio Grande do Sul.

Keywords: Low Density Territories, Public Policy, Regional Tourism, Regional Development, Territorial

Innovation

POLÍTICAS PÚBLICAS EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE: UMA PROPOSTA DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO MUNICIPAL

1. INTRODUÇÃO

O município de Jaguari, localizado na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul (RS), numa microrregião denominada Vale do Jaguari, conta com aproximadamente 11.650 habitantes. Berço da colonização italiana do estado, o local é cercado pelos municípios de São Vicente do Sul, Mata, Jari, Nova Esperança do Sul e São Francisco do Assis. Possui clima subtropical o qual possibilita ao município um clima agradável durante grande parte do ano, onde prosperam ricas vegetações que decoram a paisagem local, dando a esta o cognome de “Terra das Belezas Naturais”.

Tendo em vista essa diversidade natural evidenciada em seu cognome, verifica-se uma promissora potencialidade turística. Corroboram com essa constatação o fato de existir grande patrimônio natural e iniciativas de Rotas Turísticas organizadas para explorar economicamente tanto os recursos naturais, quanto a valorização dos costumes italianos, como a culinária, vitivinicultura e o cenário familiar rural. Essas evidências classificam o local com promissor potencial de desenvolvimento turístico. Utilizar-se, portanto, do turismo de forma sustentável, segundo a OMT - Organização Mundial do Turismo (2018), significa preservar o patrimônio histórico, cultural e natural e, do mesmo modo, exaltar as características intrínsecas do município possibilitando a compreensão da importância do meio ambiente e de ações sustentáveis, viabilizando o desenvolvimento econômico.

Por outro lado, o município apresenta índices de desenvolvimento humano e social abaixo da média do Rio Grande do Sul. Conta com quase 50% de sua população vivendo em zona rural, com preocupantes índices demográficos que evidenciam o envelhecimento da população e êxodo da população jovem (FEEDADOS, 2016). Por esse motivo, buscou-se, pelo ponto de vista conceitual, chamá-lo de território de baixa densidade.

Após a grande crise econômica de 2008, a União Europeia, preocupada com os baixos índices de fecundidade, envelhecimento da população e, conseqüentemente, abandono do território, cria políticas públicas específicas, na tentativa de equilibrar o desenvolvimento regional. O termo baixa densidade, refere-se principalmente à baixa densidade demográfica dos locais. Embora essa classificação não seja única para toda a Europa, em Portugal, por exemplo, consideram-se territórios/cidades de baixa densidade aquelas que possuem escala menor de 50 hab por km², não limítrofes a cidades com número maior de 500.000 hab (NUTS, 2013).

No entanto, não é somente a demografia que caracteriza esses territórios. Territórios de Baixa Densidade são aqueles onde prevalecem índices inferiores às médias nacionais, considerando educação, saúde, demografia, economia, ainda, possuem níveis superiores às médias nacionais, que reforçam a negatividade da região, em termos de envelhecimento populacional, elevadas taxas de desemprego, fraco tecido empresarial e débil capacidade empreendedora (FERRÃO, 2000; PROVERE, 2008; ÁLVARO, 2013; REIS, 2013; LA TORRE, 2014).

Esse é o contexto do município em questão e, apesar de haver recursos naturais com potenciais de transformação em patrimônio turístico, os poderes público e privado armazenam frustradas experiências de articulação, iniciativas e políticas públicas com esse fim. Um desenvolvimento local baseado no turismo necessita de uma gestão integradora que adote políticas públicas efetivas, aproveitando os recursos naturais e potencializando os recursos intangíveis, como as questões de relacionamento entre setores público e econômicos, além da

necessidade de um planejamento público que possibilite uma visão e organização de longo prazo (REIS, 2013).

Cabe à gestão municipal nortear tais ações, produzindo normativas que regulem o funcionamento e adequação de áreas turísticas, bem como licenças, visto que o município apresenta vários balneários, os quais podem contribuir nesse âmbito. Além disso, é preciso que o município busque o desenvolvimento de infraestrutura adequada para que a *trade* se adeque à necessidade do turista e, ao mesmo tempo, não seja prejudicial ao meio ambiente.

Com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do território em questão, o presente ensaio analisa o potencial turístico do município, visando identificar potencialidades turísticas e estruturando propostas de intervenção para políticas públicas. O trabalho ainda propõe aliar a contribuição teórica ao abordar o tema território de baixa densidade, pouco explorado no Brasil, com a contribuição prática tendo em vista um município com índices de desenvolvimento abaixo da média estadual.

2.DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E TURISMO

Para discorrer sobre desenvolvimento territorial, faz-se necessário demarcar a teoria que cerca o tema. Mesmo não sendo um conceito contemporâneo, tem sido revisto ao longo das reflexões acerca de modelos de gestão ou dinâmicas que ocorrem na demarcação de espaço. Gallas *et. al.* (2018) argumentam que o conceito antes ligado ao sentido de espaço, hoje assume um papel multidimensional, no qual o núcleo de seu conteúdo estão as relações sociais, de organização social, econômica e físico-espaciais. Portanto, o território integra perspectivas como atores, tecido social, redes sociais, cooperação e a organização política em torno de um projeto integrador de todas essas partes. Neste ângulo, é a base para discussões sobre desenvolvimento com o objetivo de fortalecer econômica e socialmente os atores de um determinado lugar (GALLAS *et.al.*, 2018).

Todo o local tem um patrimônio histórico e cultural. Nesse contexto, Castells (1996) argumenta que esses dois caracteres podem constituir fatores fundamentais para seu desenvolvimento socioeconômico, auxiliando a região a evitar os efeitos nocivos da globalização, por exemplo.

A organização desse patrimônio e a sua transformação em produto são alternativas estratégicas para a melhoria da qualidade de vida e fonte de renda dos moradores de um local. Transformar atrativos em produtos, relações sociais em estrutura, vontade em planejamento, são desafios do ponto de vista de gestão do desenvolvimento, com base em estratégia turística.

Dias e Aguiar (2002) afirmam que a primeira definição de turismo foi escrita pelo economista austríaco Hermann Von Schullern zu Schattenhofen, em 1911, dizia que o turismo compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência, e na saída do turista de um determinado município, país ou estado.

Define-se por turismo o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a sessenta dias motivados por razões não econômicas. Porém em 2004 esta tese aperfeiçoou-se e passou a considerar que o turismo envolve atividades de pessoas que viajam e permanecem fora de seu ambiente usual durante um período menor que um ano, por negócios, lazer ou afins (OMT, 2018).

Para McIntosh (1993) o turismo é definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, hospedá-los e satisfazer suas necessidades e desejos. Posteriormente, com o aperfeiçoamento da conceituação do termo, é possível englobar os demais fatores que o constituem de forma a representar fielmente sua composição, deixando de lado aquela perspectiva retrógrada de que o turismo se resume apenas ao ato de ir e vir, sem planejamento estratégico. É nesse contexto que Beni (1998) afirma que:

É o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físicos, econômicos e socioculturais da área receptora. (BENI, 1998).

Frente às perspectivas elencadas, pode-se definir que o turismo é um fenômeno que consiste no deslocamento temporário e voluntário de pessoas motivadas à recreação, lazer ou cultura, saindo de seu meio habitual. Do mesmo modo, o turismo também se constitui por um conjunto de serviços os quais objetivam atender às expectativas dos visitantes.

O turismo também se trata de um fenômeno social, pois contribui para o desenvolvimento socioeconômico e para a redistribuição de renda. Esse apresenta as peculiaridades de determinada região e também de seu povo, exaltando a cultura local e suas características mais marcantes como, culinária, danças típicas, artesanato e folclore. Também contribui para o intercâmbio cultural tanto das comunidades nativas quanto dos visitantes que vão até ela. Além disso, quando se impulsiona uma atividade turística, está conseqüentemente contribuindo para diversos benefícios, conforme afirma Ignarra (2003):

Gerar divisas estrangeiras; favorecer o entendimento e a paz mundiais; Incrementar a renda; favorecer o processo de globalização mundial; Incrementar o Produto Nacional Bruto; incrementar uma imagem externa favorável da localidade; desenvolver-se sobre infraestrutura já existente; romper as barreiras de língua, classe, raça, credo religioso e políticas; criar infraestrutura que também ajuda o comércio e a indústria locais; proporcionar instalações turísticas e recreacionais que também podem ser utilizadas pela população local; utilizar produtos e recursos locais; proporcionar empregos a artistas, músicos e outros, estimulando a produção local; contribuir para a diversificação da economia; justificar a proteção e o melhoramento das condições ambientais, entre outros. (IGNARRA, pg. 79, 2003).

A prática do turismo engloba uma gama de fatores, os quais caracterizam e constituem seu perfil, dentre eles o contexto social, cultural, econômico e, principalmente, as belezas naturais que constituem o caráter ecológico de determinada região. Tendo em vista os pontos principais que estruturam o turismo, se pode destacar o contexto social, como aspecto crucial para seu desenvolvimento, visto que apresenta a cultura e a hospitalidade da região, juntamente com suas atrações. A exploração de uma atividade turística está diretamente ligada à infraestrutura, por isso é preciso existir um consolidado projeto de longo prazo, que prime pela qualidade e bem-estar, não só dos turistas, mas também dos moradores.

Uma sugestão para a implementação de planos estratégicos turísticos pautados na sustentabilidade é a construção por parte da gestão municipal de um Plano Municipal de Turismo (PMT), que organiza e planeja ações em torno dessa proposta. Esse plano contribui para que se efetivem as propostas da gestão municipal, evitando transtornos e possíveis imprevistos. Conforme Molina (2001, p. 57), a falta do planejamento se caracteriza pelo caos, alto custo e escassa efetividade das atividades. Assim, o PMT é uma alternativa que pode derivar de um planejamento municipal de gestão que tenha como estratégia de desenvolvimento o turismo.

A criação de políticas públicas também está diretamente associada ao sucesso de um plano estratégico, isso porque regulamenta e propõe metas a serem cumpridas juntamente com a gestão municipal. Essas políticas também contribuem para a determinação do caráter turístico

do município, contribuindo para a criação de iniciativas coletivas e principalmente criando uma identidade econômica e social para o local.

3 TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

O termo “território de baixa densidade” é um conceito largamente utilizado pela UE (União Europeia), principalmente em Portugal e Espanha, para classificar as regiões ou municípios, deprimidos socioeconomicamente. A preocupação em equilibrar as políticas públicas com um olhar diferenciado a essas regiões, por suas dificuldades naturais, originou ações específicas nessas regiões. Um exemplo prático dessa realidade foi a criação das NUT’S (Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos) pela União Europeia, em parceria com os Institutos Nacionais de Estatística dos diferentes países que a compõe, com o objetivo de analisar, estatisticamente, com base em uma divisão coerente e estruturada, os diferentes territórios considerando suas especificidades. A razão disso é promover políticas públicas mais eficientes, tendo em vista as disparidades geográficas, econômicas e sociais dos territórios europeus (NUT’S, 2013).

Retomando o conceito de baixa densidade, cabe mencionar que não há exatamente um consenso na sua definição. Ferrão (2000) menciona que o conceito originou-se pela transformação do mundo rural em espaços multifuncionais com valor patrimonial. Em outras palavras, houve uma evolução na terminologia de espaços rurais, a partir dos anos 80, quando os territórios deixaram de ser eminentemente movidos economicamente pela agricultura, havendo uma abertura para outras atividades não agrícolas. Somando-se a isso, houve um olhar diferente sobre os recursos naturais dos territórios, deixando de ser visto como insumo e passando a significar patrimônio, sendo explorado inclusive nas atividades turísticas. Sendo assim, a problemática do mundo rural foi abordada à luz de uma nova concepção: a dos espaços de baixa densidade, associada ao despovoamento intenso que caracteriza estas áreas, mas também relacional (FERRÃO, 2000).

Uma das classificações mais conhecidas para o termo é o do regulamento CE 1083/2006 da UE (União Europeia) que estabelece o fundo europeu de desenvolvimento regional, o qual utiliza a densidade populacional local e o tamanho das cidades como critério para definição dessas regiões/territórios. Segundo a escala NUT (2013), territórios de baixa densidade são aqueles que apresentam índices de densidade demográfica abaixo de 50 habitantes por quilômetros quadrados e não limítrofes a regiões com mais de 500 habitantes, também, por quilômetros quadrados.

Como foi referido, a terminologia de baixa densidade vai além das questões demográficas. Reis (2013) argumenta que esses locais enfrentam significativos problemas em termos de condições de desenvolvimento futuro; por um lado, o envelhecimento da população e o despovoamento das cidades, e por outro, o desaparecimento de serviços essenciais. O Quadro 1 demonstra outras questões econômicas, sociais, espaciais e demográficas que desafiam o desenvolvimento desses lugares.

Quadro 1 - Matriz comum dos territórios de baixa densidade

Território	Demografia	Economia	Aspetos sociais
<p>Áreas rurais abandonadas.</p> <p>Recursos naturais: áreas protegidas e rede natura 2000.</p> <p>Redes de mobilidade e conectividade não descentralizadas (redes secundárias).</p> <p>Predomínio de serviços públicos de saúde:(hospitais), educação .(universidades) nos Centros Urbanos Regionais (CUR).</p> <p>Serviços desconcentrados da administração central, nos centros urbanos regionais.</p>	<p>Diminuição da população.</p> <p>Envelhecimento da população.</p> <p>Elevado índice de dependência de idosos e total.</p> <p>Diminuição da população ativa.</p> <p>Baixa índice de fertilidade.</p> <p>Saldo natural negativo.</p> <p>Perda de população jovem.</p> <p>Saldos migratórios negativos.</p>	<p>Serviços sociais e administrativos como principal atividade económica.</p> <p>Baixo rendimento da população empregada (média do rendimento mensal).</p> <p>Índice de competitividade inferior à média nacional: ausência de empreendedorismo.</p>	<p>Baixa nível de formação (taxa de escolarização).</p> <p>Baixo valor das pensões.</p> <p>Dependência de apoios sociais (RSI).</p> <p>Prestação de serviços de saúde deficiente (baixo nº de médicos por 1000 habitantes).</p> <p>Não renovação do tecido social: Fraca capacidade de intervenção e participação.</p> <p>Elevada taxa de desemprego.</p>

Fonte: Tsukamoto, 2017.

Além das questões socioeconômicas, aspectos estruturais e relacionais são lembrados por Tsukamoto (2017) como debilidades desses lugares. Esses quesitos, tendo em vista suas complexidades e influencias políticas e institucionais, são marcantes nos territórios de baixa densidade e constituem uma questão central, considerando a necessidade de concepção e gestão de políticas públicas diferenciadas para estancar seu quadro deprimido.

4. METODOLOGIA

O presente trabalho valeu-se de uma pesquisa descritiva e estudo de caso qualitativo. Tendo em vista tais perspectivas, a pesquisa dividiu-se em dois momentos:

- a) Pesquisa documental sobre os pontos e atrativos turísticos do município. Exploraram-se planos e diagnósticos antigos, arquivados junto à secretaria municipal de turismo, e ainda trabalhos acadêmicos realizados no município.
- b) Entrevista semiestruturada com a atual secretária de turismo do município. O roteiro aplicado para coleta de dados apresentou as seguintes indagações:
 - Existem iniciativas do órgão público para o desenvolvimento do Turismo no município de Jaguari? Se sim, quais são? (Infraestrutura, entre outros);
 - Existem projetos, investimentos e políticas públicas formalizadas em torno desse turismo econômico?
 - Como é o relacionamento da gestão com os estabelecimentos (trade turística) que possuem esse enfoque no turismo do município?
 - Atualmente, qual a visão que a gestão possui sobre o potencial turístico da cidade e região e quais os planos de melhoria (se há)?

Após a coleta de dados, as informações sobre políticas públicas, plano de turismo e intenções do poder público municipal foram analisadas pela técnica análise do discurso, juntadas aos documentos pesquisados, originando informações para listar, inicialmente, as potencialidades (produtos) turísticas do município e, posteriormente, estruturar objetivos e

respectivas sugestões de políticas para desenvolver o turismo local, caracterizando a proposta de intervenção.

5. RESULTADOS E ANÁLISES

Com base nos dados coletados através da aplicação do questionário, se pode constatar que existem, na atual gestão, ações isoladas que buscam a melhoria dos pontos turísticos (Balneário Fernando Schilling; Obelisco) no município, por sua vez, não existem políticas públicas formalizadas para tal fim e sim apenas ações isoladas não regulamentadas. Com isso, percebeu-se que o turismo sustentável não é visto como prioridade do município, já que não existem políticas formalizadas que englobem esse âmbito.

Sobre o relacionamento da gestão com os estabelecimentos do município, a secretária respondeu que existe um bom relacionamento da gestão com a Associação Comercial local, por intermédio de eventos e fóruns apoiados pela prefeitura. Um exemplo é a Feira das Potencialidades de Jaguari que foi uma ação com objetivo, segundo a administração municipal, de oportunizar e fortalecer os empreendedores de Jaguari, demonstrando as potencialidades.

Sobre o questionamento realizado referente à visão que a gestão possui em relação ao turismo, a secretária afirmou que existe potencial para desenvolvimento e que o desempenho é razoavelmente satisfatório, entretanto ainda existe muito a ser explorado. Do mesmo modo, foi enfatizado que no ano de 2013 iniciou-se a implementação do PPA (Plano Plurianual) para 2014 a 2017, em que constam políticas públicas para o turismo. Por sua vez, constatou-se que até o momento da coleta de dados não se percebeu nenhuma ação efetiva.

5.1 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DE JAGUARI

O município de Jaguari, localizado na região centro-oeste do estado, na microrregião Vale do Jaguari, apresenta uma exuberante fauna e flora, a qual potencializa o caráter turístico da região. É conhecida como a terra das Belezas Naturais, possuindo potencialidades turísticas invejáveis. Conta com diversos pontos atrativos, os quais evidenciam o clima subtropical da região através de suas árvores, plantas e rios, bem como população que foi colonizada principalmente por italianos.

Dentre os atrativos existentes, existe a **Rota Nostra Colônia**, caminho cultural e gastronômico, localizado na localidade do Chapadão. Oferece produtos de estabelecimentos coloniais, tendo como proprietários descendentes de italianos da região. Os produtos comercializados são: vinhos, doces, cachaça, cucas, pães, entre outros. Além disso, conta com uma paisagem natural prodigiosa com cachoeiras e um mirante, denominado Cerro do Chapadão.

O **Cerro do Obelisco** se destaca como um conhecido patrimônio natural, apresentando um monumento construído em 1923 em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil, bem como uma imagem da padroeira do município. Conta também com imagens da Via Sacra até o topo do Obelisco, onde pode-se contemplar uma bela vista da cidade de Jaguari.

O **Balneário Fernando Schiling**, localizado nas margens do Rio Jaguari, atrai, principalmente, no verão, moradores e turistas da região que buscam tranquilidade; o atrativo conta com uma praia de água doce.

O **Clube Caça e Pesca** (CAPEJAR) oferece diversos atrativos durante todo o verão como: acampamentos, atividades esportivas, festival de música nativista, feira da indústria e comércio local (Feicoagro), entre outros.

O **Carnaval Show** é o principal evento da cidade e região, que ocorre entre o fim de fevereiro e início do mês de março, o evento reúne aproximadamente 18 mil pessoas por noite. Atualmente, é reconhecido no estado do Rio Grande do Sul e vem crescendo a cada ano.

5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO LOCAL

Segundo Dias (2012), as políticas do turismo devem estar articuladas com as seguintes dimensões: a econômica, a social, a lúdica e a do entretenimento, a cultural, a cívica e a ambiental. Essas dimensões elucidam que uma política pública para esse setor deve promover bases sustentáveis, estabelecendo os marcos pelos quais se guia a ação do Estado.

Como base na matriz comum nos territórios de baixa densidade (Quadro 1), propõem-se estratégias como sugestões de intervenções para políticas públicas afim de desenvolver o turismo local.

Quadro 2 – Sugestões de Intervenções para o Turismo de Jaguari-RS

Perspectiva – Território

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	COMO FAZER
Conscientizar a comunidade sobre a atividade e vocação turística do Município	Programa na rádio, rápidas inserções exaltando Jaguari.	Buscar parceria com emissora de rádio local.
	Palestras de sensibilização comunitária.	Definir locais estratégicos, reunir a comunidade. Estabelecer parceria com escolas locais.
	Concurso nas escolas para definir as frases que veicularão na rádio. Parceira: Rádio e SMEC Jaguari.	Parceria com escolas locais.
	Fazer um vídeo das potencialidades turísticas do município.	Buscar estagiários da UFSM (Publicidade) e URI (Arquitetura).
	Realizar visitas agendadas nos finais de semana com guia das agências de Turismo.	Parceria com agências de turismo local.
	Promover visitas aos finais de semana com Escolas Locais.	Promover visitas aos empreendimentos pelas escolas durante a semana.
	Campanha de Conscientização Comunitária sobre o lixo "Onde tem lixo, não tem turista".	Parceria com instituições regionais, estaduais e federais.
	Promover a reflexão sobre a educação para o turismo nas escolas locais.	Reunir diretores de escolas particulares do município. Ademais, promover uma formação sólida e contínua para o turismo.
Incentivar a Pesquisa e Extensão das Universidades e Institutos de educação	Elaborar um Programa de Incentivo à Pesquisa Acadêmica.	Estabelecer parceria com instituições de ensino superior. Além de gerar estudos e relatórios de viagem como fonte de avaliação.
	Elaborar um Programa de Estágios para universitários de turismo, hotelaria e alimentação.	Estabelecer parceria com instituições de ensino superior, promover o aprimoramento profissional e técnico de

		alunos e do empreendimento receptor.
	Realizar pesquisa para identificação cultural.	Buscar pesquisador interessado em Instituições de ensino superior.
	Publicar livro ou revista sobre identidade e origem cultural do município	Buscar pesquisador e parceria com Instituições de ensino superior.
Atualizar Inventário Turístico Municipal	Realizar atualização anual do inventário do município.	Visita aos pontos turísticos locais e conversa com responsáveis.
	Realizar plano de ação para revitalização e melhoria dos pontos	Visitação aos pontos e listagem de melhorias a serem implementadas.
	Realizar Orçamento de plano de ação de melhorias	Orçar o investimento para melhorar a infraestrutura dos pontos naturais.
Revitalizar Produtos Turísticos Locais	Realizar planejamento e reavaliação dos resultados da Rota turística	Buscar parceria com entidade de apoio, consultoria externa.
	Melhorar vias de acesso da Rota Turística.	Elaborar plano e orçamento de melhorias, através da secretaria de obras.
	Melhorar infraestrutura do Balneário (lixeiras, placas, limpeza, organização).	Trabalho em conjunto da secretaria de obras e turismo.
	Planejar uma Rota do Vinho.	Organizar pequena rota turística cultural e promotora da cultura do Vinho sob responsabilidade das vinícolas.
	Melhorar as vias de acesso, sinalização ao OBELISCO.	Trabalho da secretaria de Obras.
	Elaborar placa junto ao Obelisco com a história do município e conscientização ambiental.	Realização pela secretaria de Obras e Meio Ambiente.
	Revitalizar Clube Caça e Pesca.	Verificar necessidades e orientar diretoria do clube para busca de recursos se necessário.
	Reunir comunidade na Fontana Freda, propor e acompanhar ações de revitalização do local.	Secretaria de Turismo.
	Definir a organizar trilhas ecológicas no cerro São Miguel – elaborar Rota.	Parceria com Instituição de ensino superior, turismo.
	Organizar atrativo aquático em Furnas do Segredo.	Parceria com Instituição de ensino superior, turismo.
	Organizar Rapel – turismo de aventura em Furnas do Segredo.	Parceria com Instituição de ensino superior, turismo.
	Organizar visita científica para conhecer o funcionamento do local.	Parceria com Instituição de ensino superior - turismo.
	Avaliar e melhorar o carnaval de Jaguari.	Monitorar e avaliar o evento.
	Avaliar e melhorar o Grito do Nativismo de Jaguari.	Monitorar e avaliar o evento.
Organizar Museu do Imigrante/Vinho.	Em parceria com Instituto Federal e UFSM,	

		juntamente com a APROVIJA.
	Implantar um posto de informações turísticas nos principais acessos do município.	Construir quiosques, secretaria de obras e turismo.
	Projeto de Sinalização Turística.	Estabelecer parceria com prefeitura e brigada militar.
	Definição dos ícones turísticos a serem aplicados em placas e mapas de acesso e deslocamento.	Apoio no material de sinalização da EMBRATUR. Adequar os símbolos a um padrão que facilite o acesso aos atrativos. E ainda facilitar a visualização e mensagens através dos símbolos.
	Implantar placas de acesso e deslocamento.	Implantar as placas por critério de uso do espaço.
	Implantar <i>Outdoor</i> na entrada do município.	Buscar parceiros comerciais.
	Apoiar Grito do Nativismo.	Prefeitura municipal.
	Organizar Festa Municipal da Uva / Vinho.	Parceria com a APROVIJA.

Perspectiva – Economia

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	COMO FAZER
Capacitar Empreendedores do Município	Curso de atendimento ao turista.	Parceria com SEBRAE.
	Curso de Finanças e formação de preço de venda para bares, restaurantes e setor de alimentação – comércio e serviços.	Parceria com SEBRAE e INSTITUTO FEDERAL.
	Curso estratégias mercadológicas para hotéis e restaurantes.	Parceria com SEBRAE.
	Curso O Processo de Comercialização de Produtos Turísticos para empreendedores locais.	Parceria com SEBRAE.
	Curso gestão estratégica para hotéis e pousadas.	Parceria SEBRAE e INSTITUTO FEDERAL.
	Curso Gestão Empresarial - agroindústria.	Parceria com INSTITUTO FEDERAL.
	Criar um programa de extensão empresarial para a Rota.	Parceria com INSTITUTO FEDERAL, UFSM, UNIFRA.
	Pleitear curso técnico - tecnólogo em turismo, processo gerenciais, para formação de mão-obra capacitada.	Buscar projeto junto ao INSTITUTO FEDERAL.
	Inserir alunos do Proeja - Vendas INSTITUTO FEDERAL - nos Projetos Municipais.	Parceria com INSTITUTO FEDERAL.
	Regularização dos transportes turísticos.	Organizar o mercado e garantir a qualidade e a segurança dos equipamentos utilizados no município.

	Regularizar as empresas de viagem e turismo.	Conhecer empresas de receptivo e de emissivo; fortalecer o mercado turístico; organização do capital empresarial.
Revitalizar o Comércio Local	Plano participativo com comerciantes locais.	Parceria com INSTITUTO FEDERAL.
	Elaborar promoções em conjunto, valorizando o comércio local.	Parceria com SEBRAE.
	Elaborar Calendário comercial único.	Parceria com SEBRAE.
	Melhorar limpeza e segurança no comércio local.	Secretaria de Obras e brigada Militar.
	Criar um selo de qualidade para estabelecimentos comerciais e indústrias de alimentos.	Contratar consultoria em qualificação de serviços turísticos, qualificá-los e emitir o selo.
	Planejar e apoiar campanhas de dia das mães, páscoa, natal.	Eventos públicos, shows e festas.
	Produzir um guia gastronômico.	Elaborar um guia indicativo e sugestivo a partir da emissão do selo de qualidade. (Capacidade, cardápios, preços-alta e baixa estação /grupos-comida).
Articular Associativismo no artesanato	Apoiar fomento a grupo de artesãos locais.	Parceria com INSTITUTO FEDERAL e SEBRAE.
	Criar centro de comercialização coletiva.	Parceria Prefeitura e SEBRAE.
	Capacitar mercadologicamente artesãos.	Parceria com SEBRAE.
	Capacitar artesãos em formação de preço de venda e fluxo de caixa.	Parceria com SEBRAE.

Perspectiva – Social

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	COMO FAZER
Profissionalizar a Gestão do Turismo	Criação do Conselho Municipal do Turismo.	Articulação poder público, entidades privadas e públicas.
	Elaboração do Planejamento Estratégico de Marketing do Turismo.	Contratar consultoria específica.
	Elaboração de Pesquisa para Posicionamento Municipal de Marca Municipal.	Parceria com INSTITUTO FEDERAL – URI – UFSM.
	Elaboração do Planejamento de Comunicação do Turístico.	Contratar consultoria específica.
	Elaborar Marca – local – produtos e roteiros de Jaguari.	Contratação de consultoria.
	Programa de Gerenciamento da Paisagem.	Definir uma equipe de gestores da paisagem; elaborar um programa de gerenciamento que defina normas e padrões de conservação das paisagens catalogadas.
	Elaborar um Guia de Serviços Turísticos.	Compilar dados e produzir um guia - secretaria de turismo.

	Plano de limpeza de áreas de uso e interesse turístico.	Reunião com a secretaria de obras. Estabelecer um cronograma de limpeza das áreas - final de semana, feriado e alta estação.
	Formação de um contingente de Polícia Turística.	Estabelecer parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado; solicitar curso de formação de agentes para o turismo.
	Avaliar Fluxo Turístico.	Cadastrar visitantes no município, capacitar a trade.
	Elaborar Projeto para captação de Recurso financeiro – agências de fomento e incentivo.	Parceria com INSTITUTO FEDERAL.
Integrar o Turismo Local com a região.	Apresentar Planejamento do Turismo para COREDE - outras prefeituras do Vale do Jaguari.	Secretaria de Turismo.
	Apresentar Planejamento do Turismo em audiência pública local.	Secretaria de Turismo.
	Integrar Rotas Turísticas Locais com rotas de cidades vizinhas	Secretaria de Turismo.
	Articular a elaboração de um Roteiro Turístico Regional.	Sec. Turismo e COREDE.

Fonte: Elaboração Própria

Por fim, considerando o relato da entrevistada, apesar do potencial turístico do município, faz-se fundamental existir um sistema organizado de cooperação entre a comunidade, representada pelos atores municipais envolvidos (empresários, produtores rurais, artesãos, representantes de classe), para a realização de atividades conjuntas e parcerias público-privadas.

Identificou-se uma série de atividades e infraestrutura turística que, organizadas, poderiam ser recuperadas, transformando-se em produtos. É possível, ainda, revitalizar a Rota Turística, agregar outros atrativos, como visitação às vinícolas, criando animações focadas na cultura e culinária italiana. O envolvimento da câmara municipal de vereadores, associações, empresários locais e entidades oficiais do município ligadas ao turismo, instituições de ensino, em uma atuação em Rede, como foi apresentado no Quadro 2, tornariam a cidade competitiva, posicionando seu desenvolvimento em torno do turismo.

Considerando a matriz teórica que apoia essa pesquisa, Territórios de Baixa Densidade, em sua origem, pode-se mencionar e comparar com investigações similares em Portugal (CORREIA E CARVALHO, 2011; REIS, 2012). Essas pesquisas buscaram investigar em Territórios rurais, pontos fortes e fracos, com a intenção de revelar contribuições de intervenções locais. Especificamente, investigando Aldeias Históricas em Portugal, como Piódão, Trancoso e Marialva, é possível perceber diversos pontos similares, em relação ao patrimônio natural, identificados no município de Jaguari.

Aspectos débeis: população envelhecida; ausência de atividades econômicas de agregação de valor no setor primário; falta de investimentos públicos e provados; falta de oferta cultural e atividades de animação turísticas organizadas (gastronomia e artesanato); desaproveitamento de recursos endógenos; pouca intervenção do poder local; fraca divulgação dos aspectos históricos do local, ausência de cooperação entre atores locais; fragilidade no cuidado com o patrimônio, falta de recursos humanos qualificados na área de turismo; falta de sinalização de pontos de interesse e ausência de operadoras de turismo (REIS, 2013). De maneira geral, através dos documentos revisados e das entrevistas semiestruturadas colhidas

como fonte de dados, constata-se o mesmo cenário, embora Jaguari não seja considerada como localidade histórica, formalmente, há um histórico inexplorado sobre a colonização italiana, comparável com a potencialidade portuguesa.

Da mesma forma que os pontos fortes das Aldeias Portuguesas (Reis, 2013) como: rico patrimônio natural; gastronomia; cultura local; produtos locais; festas e festividades religiosas; usos e costumes; artesanato; clima; potencialidades de turismo rural; saber-fazer do mundo rural; boas acessibilidades e centralidade geográfica; segurança e sossego, também podem ser considerados potencialidades/recursos a serem exploradas pelo município.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar o potencial turístico do município, visando identificar potencialidades e propondo rumos para as políticas públicas nesse setor. Com uma proposta prática, buscou-se contribuir com a gestão da Prefeitura Municipal, realizando uma análise e posterior compilação das iniciativas de planejamento realizadas pelo poder público local para que, então, juntadas à pesquisa documental, fossem organizadas sugestões de intervenções para futuras políticas públicas.

Para a implementação das ações aqui enumeradas, será necessário vencer alguns desafios. São fatores críticos de sucesso, primeiramente a capacidade de articulação entre o poder público local e as entidades, bem como as empresas privadas, importantes nesse segmento, como restaurantes e hotéis. O segundo fator será a aproximação com as vinícolas, fundamentais para o posicionamento como região de imigração italiana - fator favorável frente ao momento, tendo em vista que as mesmas estão organizadas em formato de associação, com plano de ação de encontro com a proposta turística aqui contemplada. E o terceiro fator crítico é o pleno funcionamento da Rota *Nostra* Colônia, que deverá ser repensada e remodelada, valorizando novos pontos turísticos e, principalmente, agregando nos produtos, valorizando o ecoturismo e o turismo de aventura.

No entanto, o fator decisivo mesmo é que, após o encontro de priorização e posterior decisão de prazos e responsabilidades, as secretarias de planejamento, obras, educação e turismo, principais responsáveis pelas ações, tenham plena capacidade de execução das ações, buscando recursos através de projetos e pessoal capacitado tecnicamente para a realização das atividades, com metas e prazos definidos. Para atividades iniciais de condução, proposta e monitoramento de plano de trabalho, recomenda-se a atuação de um consultor externo, com experiência no assunto. Parcerias com Instituições que tenham cursos tecnólogos ou graduação em turismo, também são recomendáveis.

Com base nas revisões bibliográficas referentes ao turismo e pesquisa realizada, consulta documental e análise das respostas da gestão municipal do município, pôde-se fundamentar o presente artigo. Através de uma análise dos pontos turísticos do município verifica-se que se apresentam potencialidades para que o turismo seja explorado economicamente, considerando os fartos recursos naturais, destacando as de suas matas e rio e também pela sua riqueza cultural, evidenciada pelos traços culturais da colonização italiana.

A partir da pesquisa realizada pode-se considerar que um dos fatores críticos é a falta de políticas públicas que norteiem o turismo por parte da gestão municipal. Todavia, também não existem iniciativas dos governos estaduais e federais, diferentemente do cenário específico para os Territórios de Baixa Densidade, comparados à União Europeia.

Assim, com base no presente trabalho, constatou-se que, mesmo carecendo de atenção pública, uma atuação em Rede das entidades envolvidas e a estruturação de um plano de longo prazo, considerando políticas municipais, específicas, tornariam o município mais competitivo,

contribuindo para o rompimento, pelo menos em parte, do círculo vicioso de debilidades que identificam os territórios de baixa densidade.

REFERENCIAS

ÁLVARO, J. **Educação em Territórios de Baixa Densidade Ensino Profissional e Desenvolvimento – O Caso da Beira Interior Norte** – Dissertação de Mestrado Programa de Pós-graduação em Geografia Humana) - Universidade de Coimbra. Lisboa; Portugal, 2013.

ANDRADE, J. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. São Paulo, Ática 1998.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 3. ed. Revisada e ampliada. São Paulo, Editora Sena, 2000.

BICALHO, L. Transparência e Controle Social, **INESC**, 2009. Disponível em <http://blog.inesc.org.br/2009/06/25/transparencia-e-controle-social-a-lei-complementar-1312009/>. Acesso em 07.08.2018.

BRASIL. Constituição Federal e Constituição Estadual. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989**. 3.ed. atual – Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes gráficas, 2010.

_____. Lei de acesso à Informação nº12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da **Constituição Federal**; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 17 set.2018.

_____. Decreto nº5.482 de 30 de junho de 2005 - **Dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm. Acesso em 17 set.2018.

_____. Lei Complementar Federal n.º 131, de 27 de abril de 2009. Acrescenta dispositivos à **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm. Acesso em 17 set.2018.

_____. Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. **Normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm.

CASTELLS, M. **The rise of the network society**. Blackwell Publishers, Cambridge London , 1996.

CORREIA, J; CARVALHO, P. **Turismo e desenvolvimento rural. O caso do Piódão (Aldeias Históricas de Portugal)**, Cadernos de Geografia 28/29, pp 117-130. Portugal, Coimbra, 2011.

DIAS, R.; AGUIAR, M. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições**. Editora Alínea, Campinas 2002.

FERRÃO, J. **Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro.** Rev.Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 33, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL (FEE). **Perfil socioeconômico município de Jaguari-RS**, 2013. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Jaguari>>. Acesso em 13 jun. 2018.

GALLAS, J.C.; GHEDINE.T.; GONÇALO.C.R.; ROSSETO,A.M. **O Papel dos Ativos Territoriais e da Inovação no Desenvolvimento de Cidades Criativas.** In: Desenvolvimento em Questão - Editora Unijuí, ano 16, n. 43, abr./jun, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos.** Editora Contexto, São Paulo, 2011.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** – Editora Pioneira Pioneira Thomson Learning São Paulo, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA DE PORTUGAL. **As Novas Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUT'S)**, 2013. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=230205992&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt – Acesso em 27 de junho de 2018.

KOTLER, P. **Administração de Marketing.** 10. ed. Editora Prentice Hall. São Paulo, 2000

LA TORRE, M. I. **Medio rural y ordenación del territorio en Castilla y León. Evolución y principios para una política de ordenación territorial en las áreas rurales de Castilla y León.** Fundación Perspectivas de Castilla y León, Valladolid; Espanha, 2014. Disponível em: <http://www.fperspectivas.es/sites/default/files/documentos/files/ORDENACION%20T%20Y%20MEDIO%20RURAL%20EN%20CYL.pdf>. Acesso em 26 de junho de 2018.

MAFRA, F. **Conteúdo Jurídico,** São Paulo, 2010. Disponível em:<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.26229>. Acesso em 07.08.2012.

MCINTOSH, R. **Turismo- planeacion, administracion y perspectivas.** Limusa Noriega Editores Cidade do Mexico, 1993.

MILESKI, H. S. **O Controle da gestão pública.** Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2003.

NASCIMENTO, E. **Gestão Pública: tributação e orçamento; lei de responsabilidade fiscal; tópicos em contabilidade; gestão pública no Brasil, de JK a Lula; administração financeira e orçamentária; finanças públicas nos três níveis de governo** – Saraiva, São Paulo,2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT) **Relatório Anual da Organização Mundial do Turismo**, 2018. Disponível em: <http://www2.unwto.org/>. Acesso em 12 abr.2019.

PROGRAMAS DE VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSOS ENDÓGENOS (PROVERE) - **Das ideias à acção: Visão e Parcerias**, p. 51. Portugal, Lisboa, 2008.

REIS, P. **Turismo e desenvolvimento de áreas de baixa densidade: As Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva.** In: Revista Turismo e Desenvolvimento, n19, 2013. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/7749>. Acesso em 12 de junho de 2018.

TSUKAMOTO, M. **Governança Multiníveis em Territórios de Baixa Densidade: as Comunidades Intermunicipais do Alto Alentejo e da Beira Baixa** – Dissertação de Mestrado em Gestão do Território-Planejamento e Ordenamento do Território, Universidade Nova de Lisboa, 2017. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/4154> - Acesso em 26 de junho de 2018.

VALDÉS, J. A. **Marketing estratégico e estratégia competitiva de empresas turísticas – um estudo de caso da cadeia hoteleira Sol Meliá.** Tese de Doutorado em Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2003.

VIEIRA, R. E. **Accountability, Democracia e Cidadania Organizada: uma análise do conceito de accountability como ferramenta de controle e transparência na gestão pública.** São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/accountability-democracia-e-cidadania-organizada-uma-analise-do-conceito-de-accountability-como-ferramenta-de-controle-e-transparencia-na-gestao-publica/35351/>. Acesso em 05.set.2012.